



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1012722-10.2017.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
Requerente: **Mirela Regina Silva Vardeleides e outros**  
Requerido: **Celio Roberto Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

**Vistos.**

Trata-se de pedido de alvará para levantamento de resíduo previdenciário, verbas salariais rescisórias e saldo de FGTS/PIS ajuizado por **Luciano Roberto Silva, Mirela Regina Silva Vardeleides e Ana Maria Dolara** em razão do falecimento de **Célio Roberto Silva**. Juntaram documentos.

Foi proferida decisão de julgamento parcial do mérito.

A Caixa Econômica Federal respondeu o ofício expedido por este juízo, informando valores existentes em nome do falecido.

**É o relatório.**

**Fundamento e deciso.**

Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os valores devidos pelos empregadores aos empregados; montantes das contas individuais do FGTS; montantes das contas individuais do PIS-PASEP; restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física. Sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.

A Caixa Econômica Federal informou a existência de valores disponíveis em nome do falecido e, na linha do quanto já se decidiu nestes autos, é de rigor o acolhimento do pedido.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para autorizar os requerentes a levantar o valor não recebido em vida pelo falecido, no âmbito da Caixa Econômica Federal, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Expeça(m)-se o(s) alvará(s) necessários, em nome da requerente Ana Maria Dolara, com prazo de 180 dias.

Ausente qualquer interesse recursal (art. 1000 do CPC), fica anotado o trânsito em julgado na data da prolação desta sentença, dispensando-se o Cartório de emitir certidão.

Custas na forma da lei.

Decorridos 30 dias após a expedição do alvará, nada sendo requerido, arquivem-se os autos, dando-se baixa no sistema.

São Carlos, 07 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**